

Crescem mortes de jovens pela polícia de São Paulo

Meninas e meninos negros são as maiores vítimas e entidades cobram medidas

O aumento de 11% na letalidade policial contra crianças e adolescentes no estado de São Paulo, entre 2023 e 2024, levou o Instituto de Referência Negra Peregum, em parceria com a Uneafro Brasil e a Rede Liberdade, a trabalhar na adoção de medidas urgentes para a proteção da infância e juventude diante da violência estatal.

Uma Ação Civil Pública (ACP) protocolada em dezembro de 2025, ainda em tramitação, é uma das medidas tomadas. No entanto, até o momento, o Judiciário não decidiu sobre a ação e somente o Ministério Público se manifestou parcialmente favorável aos pedidos das organizações.

“No entanto, a tutela de urgência foi negada em dezembro e novamente em março, após recurso. A ação, que inicialmente foi protocolada na Fazenda Pública, foi encaminhada para a Vara da Infância e Juventude, que também se declarou incompeten-

te, levando a questão da incompetência para a segunda instância”, explicou consultora jurídica do Instituto de Referência Negra Peregum, Izabella Gomes.

Baseada em um estudo que analisou dados públicos do estado de São Paulo, a ação tem como foco a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, com atenção especial às meninas e aos meninos negros, principais vítimas de intervenções policiais. Segundo a análise dos dados de 2013 a 2025, o ano de 2017 foi o pior período, com 942 casos.

“Os números se mantiveram entre 800 e 900 casos durante a gestão de Geraldo Alckmin até o início de João Dória, começando a baixar consistentemente em 2021 com a implementação das câmeras corporais. Em 2023, o número de casos foi o menor, com 510. No recorte temporal de 2013 a 2025, 11,26% das mortes foram de crianças e adolescentes, totalizando 1010 casos de me-

nores de idade (de 10 a 17 anos) mortas por ação policial”, informou a advogada da Rede Liberdade, Rebeca Costa.

Segundo Rebeca, na gestão atual de Tarcísio de Freitas, a faixa etária predominante das ocorrências é de 18 a 25 anos. No entanto, 91 crianças e adolescentes (de 10 a 18 anos) foram mortos pela polícia. Além disso, em 256 das mortes ocorridas em ações policiais, a faixa etária da pessoa não foi informada.

“O estudo também apontou a ausência e incompletude de dados entre 2013 a 2025, 1.946 ocorrências não continham a idade da pessoa e 150 ocorrências não informam raça ou cor. Ao menos 21,6% dos dados estão incompletos, o que dificulta a fiscalização”, destacou.

Entre as medidas requeridas pelas organizações estão a implementação obrigatória de câmeras corporais com gravação ininterrupta durante as operações poli-

ciais, a vedação do uso de tecnologias de reconhecimento facial nesses dispositivos e a adoção de protocolos de formação e treinamento voltados à proteção integral de crianças e adolescentes.

“O objetivo da ação é o reconhecimento, por parte do estado de São Paulo, da violação sistêmica do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes”, afirmou Izabella.

“A iniciativa visa assegurar os direitos desses jovens, com foco primordial na vida, mas também abrangendo aspectos como lazer e educação. A ACP traz pedidos específicos para garantir os direitos da criança e do adolescente”, completou.

As entidades pedem ainda a criação de um fundo de tutela de criança e adolescente com participação setorial do Poder Executivo, das universidades, dos movimentos sociais e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) para discutir

políticas públicas e proteção integral, além de gerar indenizações por danos morais coletivos.

Além disso, elas consideram necessário que sejam aplicadas medidas para que essas situações não se repitam, como tornar os dados públicos de forma transparente, reforçar ações relativas à atuação da corregedoria e publicar relatórios periódicos sobre o impacto de operações e ações policiais.

De acordo com a diretora executiva da Rede Liberdade, Amarilis Costa, a ACP proposta, coloca em debate público a política de segurança pública do estado de São Paulo, que não oferta segurança a todos os indivíduos e reproduz práticas racistas.

Segundo o estudo da entidade, as vítimas da letalidade são majoritariamente meninos negros, com menos de 18 anos, que não frequentam a escola, e, muitas vezes, moradores de locais com pouca infraestrutura de saúde e acesso limitado à internet.



Segundo a análise dos dados de 2013 a 2025, o ano de 2017 foi o pior período, com 942 casos

Calor desigual impulsiona monitoramento do clima em favelas do Rio de Janeiro

Tânia Rêgo/Agência Brasil

O verão foi embora no mês de março, mas as altas temperaturas reforçaram a percepção de que é preciso monitorar o impacto desigual do calor em favelas do Rio de Janeiro.

O Observatório do Calor, instalado de forma pioneira no Complexo do Alemão, na zona norte, fez 710 aferições de temperatura entre setembro de 2025 e janeiro de 2026.

O pico térmico no território, de 43,92 graus Celsius (°C), foi registrado no Morro do Adeus em 26 de dezembro. No mesmo dia, a temperatura oficial máxima na cidade, medida pelo Sistema Alerta Rio, foi de 34°C.

Diante das evidências dessa disparidade, a prefeitura anunciou a expansão do projeto para mais duas favelas: Manguinhos e Salgueiro.

A primeira, em uma área plana, fica próxima a uma das principais vias expressas da cidade, a Avenida Brasil. A segunda, nas franjas do Parque Nacional da Tijuca.

O observatório é um projeto da Prefeitura do Rio que mede as ilhas de calor e a qualidade do ar em favelas, com a intenção de propor melhorias. A falta de árvores, moradias adensadas, ruas estreitas e pouca ventilação são fatores que intensificam altas temperaturas nessas localidades.

“O Observatório nos permitirá entender melhor esses impactos de forma localizada”, explicou a secretária municipal do Ambiente e Clima, Tainá de Paula.

A força de trabalho que fará as medições de temperatura será contratada na própria comunida-



Observatório chegará a Manguinhos e Salgueiro

de. Os dados serão coletados três vezes ao dia, em diferentes pontos, assim que o projeto começar na prática.

Os registros serão analisados por especialistas e devem dar ori-

gem a intervenções ambientais e urbanísticas.

A expansão terá o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na

segunda fase do projeto, os pesquisadores colherão depoimentos dos moradores sobre os efeitos do calor no dia a dia, explicou a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Giselle Arterio.

“Entendemos a importância de ouvir as pessoas que vivenciam o calor no seu cotidiano”, explicou a professora. “Uma das premissas do projeto é a consciência ambiental, em um contexto de justiça climática”, destacou.

Manguinhos é uma comunidade densamente povoada, com poucos espaços verdes, e que vem registrando, ano a ano, baixos níveis de qualidade do ar, o que pode estar ligado à proximidade de vias expressas. A favela já teve a maior horta urbana da América Latina, em um trecho de 1 quilômetro, que deixou de funcionar.